

## SENTIDOS DE ABERTURA EM UM REPOSITÓRIO EDUCACIONAL DE LIVRE ACESSO

Ádria Ramos Lustosa Nakamura <sup>1</sup>

Ana Silvia Couto de Abreu <sup>2</sup>

**Resumo:** Tomamos como corpus dessa pesquisa, na perspectiva da Análise de Discurso francesa, o repositório educacional Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE), que se configura como uma das iniciativas do Ministério da Educação do Brasil (MEC), a fim de propiciar aos professores recursos educacionais digitais de livre acesso. Nesse sentido, é relevante entender, pelo funcionamento do repositório educacional BIOE, o discurso do MEC, como também os efeitos de plataformas digitais no campo da autoria e da construção e circulação de saberes. Deste modo, temos como questões centrais a busca pela compreensão das formações discursivas predominantes no discurso do MEC, os modos pelos quais os objetos educacionais circulam, o processo de acesso permitido, entre outros aspectos que tocam a questão da autoria.

**Palavras-chave:** Discurso; autoria; tecnologia; objetos educacionais.

**Abstract:** We take the corpus of this research, from the perspective of French Discourse Analysis, the educational repository *International Database of Educational Objects* (IDEO), which constitutes one of the initiatives of the Ministry of Education of Brazil (MEC), in order to provide teachers digital educational resources freely accessible. In that sense, it is relevant to understand the functioning of BIOE educational repository, MEC's discourse, as well as the effects of digital platforms in the field of authorship and construction and circulation of knowledge. Thus, we have as central issues: the search for understanding the predominant discursive formations in the speech of the MEC, the ways in which the learning objects circulate, the process of access allowed, among other things that touch the question of authorship.

**Keywords:** Discourse; authorship; technology; educational objects.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Linguística – PPGL/ UFSCar, na linha Linguagem e Discurso. [adria\\_rl@hotmail.com](mailto:adria_rl@hotmail.com)

<sup>2</sup>Docente no PPGL/UFSCar, na linha Linguagem e Discurso. [anaabreu@ufscar.br](mailto:anaabreu@ufscar.br)

## Introdução

Entendemos que passamos por mudanças nos modos de construção e de circulação de bens culturais, trazendo efeitos quanto a novas possibilidades de acesso a esses bens. De um modelo centrado na relação editor e autor, temos agora maneiras de produzir e fazer circular uma obra que implicam diferentes relações de mediação, surgindo outros envolvidos no processo – o webmaster e o provedor, para ficar em alguns exemplos (ABREU, 2009).

Vê-se que o sujeito é afetado por questões técnicas que são questões políticas. Determinações sobre restrições tecnológicas, controle de datagramas, registro de buscas pela Rede para controle de infrações constituem-se em sentidos importantes no cotidiano, estabelecendo um controle mercadológico, financeiro e social sobre a esfera privada, sobre a autoria.

Ao analisarmos o Fórum Nacional de Direito Autoral, enquanto um acontecimento (ABREU, 2011), explicitamos que essa compreensão da forte relação entre técnica e política se estabelece para nós a partir de Auroux (1998, p.321), para quem a existência dos instrumentos “se situa não fora das sociedades e em seu lugar, mas em sua própria trama, na constituição de um só tecido indissolivelmente tecnossocial”.

A tecnologia é entendida, assim, enquanto uma prática social, pois os instrumentos são criados não em um vazio, mas repletos de desejos e interesses, e

passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Nesse sentido é que adquirem a presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais (IANNI, 1998, p.18).

Assim, os instrumentos por serem questões técnico-políticas são também questões teóricas, pois são, inerentemente, vinculados a aspectos econômicos, sociais, culturais. Em outras palavras, os instrumentos não se dão independentes de uma ideologia, tomando este termo no sentido trazido por Orlandi (1997, p.101): “ideologia não é ocultação, mas interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história”.

Nesse sentido, a condição de acesso da população a determinados dispositivos tecnológicos não pode ser entendida apenas no âmbito individual, mas sim, em uma dimensão do coletivo, do público. Ou seja, o ter condições para realizar atividades que impliquem uso de dispositivos tecnológicos e, em especial, o ter condições para desenvolver modos diversos

de apropriação desses bens não pode depender simplesmente da situação financeira de um indivíduo, ou se restringir a determinadas classes. Há que se ter mecanismos, inclusive jurídicos, que possibilitem a diversidade de usos pelos diferentes sujeitos.

No âmbito dos discursos da governança da Internet, discutimos sobre os sentidos dados ao tema *acesso à informação* (ABREU, 2011), durante o II Fórum de Governança da Internet (IGF), realizado no Brasil.

Os sentidos de *acesso* deslizam entre os campos financeiro, jurídico, técnico, administrativo, sendo que todos, simultaneamente, são idealmente sobrepostos pelo político, já que o IGF foi criado enquanto um fórum para diálogo de políticas relacionadas à governança da Internet entre os diversos níveis de representatividade da sociedade: governo, organizações internacionais, entidades da sociedade civil e organizações empresariais.

Assim, a questão do *acesso* abrange *aspectos financeiros* como o custo das conexões, especialmente as internacionais; *aspectos jurídicos* como os regimes de direitos de propriedade, sendo que aqui entra a questão dos repositórios de domínio público; *aspectos técnicos* como o desenvolvimento de sistemas operacionais e sistemas de busca que comportem capacidades multilinguísticas, bem como a discussão sobre software livre; *aspectos administrativos* como a construção de espaços de trabalho para elaboração de conteúdo.

Entendemos (ABREU, 2012, p.48) que o surgimento de novos recursos no espaço digital, assim como a reconfiguração de antigos instrumentos trazem sentidos outros ao campo educacional. Sentidos que podem se mover para o caminho da ratificação de um modelo educacional centrado no professor e na transmissão de saberes, ou podem colaborar para a ressignificação do papel do professor na elaboração de condições para a construção de conhecimentos pelos alunos. Como sabemos, as questões tecnológicas não se dão em um vazio, mas compõem um lugar discursivo cuja eficácia sentimos na pele. Assim, compreender esse lugar, que, hoje, no Brasil, vai se constituindo, é um gesto político que assumimos, na perspectiva discursiva.

Sabemos que há diversos estudos sobre a relação tecnologia e educação, e citamos aqui alguns – PRETTO e SILVEIRA, 2008; FIALHO e MATOS, 2010; CORNU, 2011; AFONSO, 2011; OSIN, 2011 –, com o intuito de tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativo e o ambiente de sala de aula mais próximo dos alunos, contemplando, assim, um imaginário sobre tecnologia, segundo o qual esta perpassa a vida de todos, mas que sabemos, de fato, uma realidade ainda incipiente, no Brasil.

Muitas são as iniciativas do Ministério da educação (MEC) e da Secretaria da Educação Básica (SEB) em prol da educação brasileira, configurando-se nesse sentido o *Plano de Ações articuladas (PAR - 2011)*. No escopo desse *Plano*, há um destaque ao uso de tecnologias no âmbito educacional, situando a tecnologia no âmbito de um dos Programas e Ações da SEB: “Tecnologia a serviço da educação básica”. Nesse âmbito foram criados: o canal aberto *TV Escola (1996)*; o programa *Salto para o futuro*, que faz parte da programação da *TV Escola (1991)*; a biblioteca virtual *Domínio Público (2004)*; o *Portal do Professor (2008)*; o *Banco internacional de objetos educacionais (BIOE - 2008)* e o *Guia de Tecnologia Educacional (2009)*.

Como bem afirma Orlandi:

agora pondo em jogo a relação do urbano com o digital, essas linhas divisórias são mais fluidas e permeáveis. Penso que a Escola encontra vários meios de ir para a rua e de trazer a rua para dentro. E um deles é, sem dúvida, o digital em seus múltiplos funcionamentos (2010, p.15).

Para este trabalho, tomamos como recorte analítico o *Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)*, disponível em: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>.

Tratamos os textos-documentos como discursos que são partes de processos discursivos mais abrangentes, em que funcionam injunções de natureza ideológica, inscrevendo-nos, assim, na filiação teórica da Análise de Discurso que tem como referências Pêcheux (1990, 1994) e Orlandi (1997, 2000, 2004, 2005). Assim, as questões que nos mobilizam partem do pressuposto de que o sujeito

no dizer, se significa e significa o mundo. Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos, mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real. Prática, enfim, a significação no mundo. O sentido é história e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito (ORLANDI, 2005, p.44).

Dentro dessa perspectiva, propomos analisar o funcionamento discursivo do repositório digital de livre acesso denominado *Banco Internacional de Objetos Educacionais*; o que significa também compreender o discurso do *Ministério da Educação* - instituição responsável pelo sistema educacional brasileiro - em relação a esses recursos educacionais e a uma política pública que diz respeito à docência, bem como compreender os efeitos de sentidos de livre acesso no repositório em questão. Isso assim se coloca por nos filarmos à Análise de discurso francesa, segundo a qual o discurso não é mera transmissão de informação, mas um processo de produção de efeitos de sentidos que se constitui “no

funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 2013, p.21).

Além disso, com o grande desenvolvimento tecnológico e uso de mídias digitais, a maneira de viver das pessoas e a forma de construir conhecimento também mudaram. No espaço digital é possível ocorrerem outros modos de produção e circulação, situando autores e leitores em outras posições. Conforme afirma Darnton (2011, p.3), ao discutir sobre cinco mitos da era da informação:

A escrita parece tão ruim quanto a leitura para aqueles que não vêem nada, senão declínio, no advento da Internet. Como um lamento é colocado: os livros costumavam ser escritos para o leitor em geral; agora eles são escritos pelo leitor em geral. A Internet certamente estimulou a autopublicação, mas por que isso deveria ser lamentado? Muitos escritores, com coisas importantes a dizer, não tinham sido capazes de serem impressos, e quem acha pouco valor no seu trabalho pode ignorá-lo. (tradução nossa)<sup>3</sup>

Logo, cria-se um novo cenário no que diz respeito às relações na produção de saberes. Como afirma Abreu (2013, p.20), “se antes o esquema na relação autor e público passava, certamente, pelo mercado, hoje, temos em nossas casas mecanismos de reprodução, descentralizando, assim, a relação”. Portanto, é nesse novo contexto, que consideramos relevante entender o processo de produção e circulação de repositórios digitais, considerando o processo de autoria e as posições político-históricas em relação aos processos educacionais no Brasil.

### **Efeitos da formulação – análise do Banco Internacional de Objetos Educacionais**

No recorte que trazemos neste artigo, apresentamos o *Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)* que, segundo informações no site do repositório, foi:

criado em 2008 pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede Latinoamericana de Portais Educacionais - RELPE, Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI e outros. Esse Banco Internacional tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, mais elaborados e em diferentes formatos - como áudio, vídeo, animação, simulação, software educacional - além de imagem, mapa, hipertexto considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais. Este repositório está integrado ao Portal do Professor, também do Ministério da Educação.

---

<sup>3</sup> Writing looks as bad as reading for those who see nothing but decline in the advent of the Internet. As one lament is put: books used to be written for the general reader; now they are written by the general reader. The Internet certainly has stimulated self-publishing, but why should that be lamented? Many writers, with important things to say, had not been able to break into print, and anyone who finds little value in their work can ignore it. (Disponível em: <http://chronicle.com/article/5-Myths-About-the-Information/127105/>).



Espera-se ainda com este repositório estimular e apoiar experiências individuais dos diversos países, ao mesmo tempo que se promove um nivelamento de forma democrática e participativa. Assim, países que já avançaram significativamente no campo do uso das tecnologias na educação poderão ajudar outros a atingirem o seu nível.

Uma vez que este repositório conta com recursos de diferentes países e línguas, professores de qualquer parte do mundo poderão acessar os recursos em sua língua materna, traduzir os que estão em outra língua, assim como publicar as suas produções em um processo colaborativo.

Os materiais publicados neste espaço estão disponíveis para os gestores de políticas educacionais locais, gestores escolares, gestores de repositórios educacionais, bem como os professores da Educação Básica, Profissional e Superior, além dos produtores de recursos pedagógicos digitais, pesquisadores e da população em geral.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18840&Itemid=811](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18840&Itemid=811)

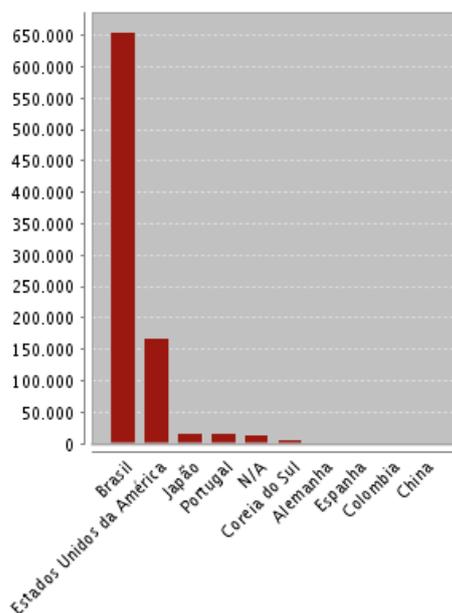
Diante desta apresentação, é possível compreendermos formações discursivas que circulam, marcando diferentes posições-sujeito. A formação discursiva é entendida por Pêcheux como:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (1988, p 160)

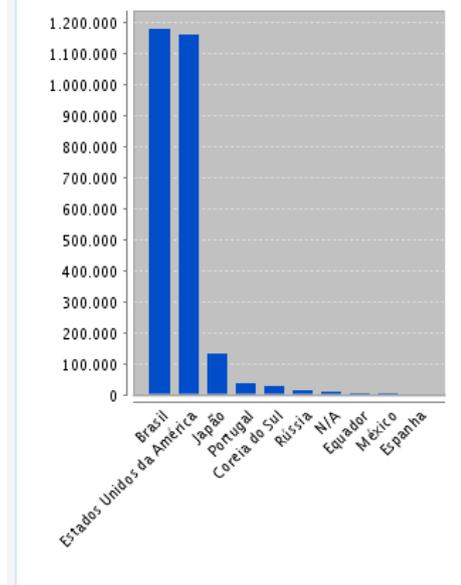
O discurso do MEC destaca a importância do contato com outros países, países mais desenvolvidos ajudando os menos desenvolvidos, ao afirmar que “países que já avançaram significativamente no campo do uso das tecnologias na educação poderão ajudar outros a atingirem o seu nível”. Portanto, poderíamos dizer que a palavra “outros” para se referir aos países que ainda não atingiram o nível significativo do uso de tecnologias, inclui também o Brasil? De acordo com o discurso do MEC, estamos em uma postura de país desenvolvido ou país que ainda não avançou significativamente em relação a essas tecnologias? Atingimos esse nível ou precisamos da ajuda de uma cultura exterior? Uma vez que a iniciativa de criar este repositório é brasileira e um de seus objetivos, assim como foi exposto acima, é de fazer com que “países que já avançaram significativamente no campo do uso das tecnologias na educação poderão ajudar outros a atingirem o seu nível”, em qual posição estamos?

O discurso do MEC nos indicia que há uma valorização da cultura exterior e, conseqüentemente, uma desvalorização da nossa, filiando-se a uma formação discursiva de sujeito colonizado, dependente. Isso se confirma quando, ao analisarmos os gráficos de visitas dos sites, temos:

Downloads por país (top 10)



Visualizações por país (top 10)



Entre os 10 países que mais acessam o BIOE, o Brasil encontra-se em primeiro lugar e os Estados Unidos, em segundo. É sabido que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, enquanto os Estados Unidos é uma superpotência e um país desenvolvido. Portanto, se tomarmos como base esses dados estatísticos, em qual posição estamos? De países avançados significativamente, ou de países que precisam de ajuda? Sendo assim, é importante destacarmos o reconhecimento do sujeito discursivo sobre um sistema educacional ainda em desenvolvimento e que precisa de ajuda. Portanto, ficam-nos questões sobre os diversos objetivos da criação deste repositório.

Além disso, ao afirmar que os recursos compartilhados serão aqueles “considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais”, assim como: “Espera-se ainda com este repositório estimular e apoiar experiências individuais dos diversos países, ao mesmo tempo que se promove um nivelamento de forma democrática e participativa”, percebemos alguns efeitos de sentidos nessas duas afirmações. Há indícios de contradição do sujeito discursivo, marcando formações discursivas em confronto, por exemplo, quando ao falar que serão compartilhados os recursos educacionais “considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local” e logo após afirma que tem o intuito de promover “um nivelamento de forma democrática e participativa”. Qual o sentido de democracia neste caso,

uma vez que haverá um nivelamento, assim como serão compartilhados apenas os recursos considerados relevantes? Como definir o que é relevante? Percebe-se que apesar de ser um repositório educacional de livre acesso, ainda assim há restrições para se publicar no site, havendo um “sistema de aprovação” para publicação.

Quando o sujeito discursivo afirma que “professores de qualquer parte do mundo poderão acessar os recursos em sua língua materna, traduzir os que estão em outra língua, assim como publicar as suas produções em um processo colaborativo”, marca-se um novo efeito de sentido no campo da autoria e da construção e circulação de saberes na era do desenvolvimento tecnológico. É reconhecido pelo sujeito discursivo que o processo de autoria no meio digital é ressignificado. Entretanto, não são esclarecidas quais as condições de produção para que esse processo ocorra. A produção colaborativa, por exemplo, implica objetivos comuns, tempo de troca e compartilhamento, acesso a recursos digitais, em um momento que sabemos, no Brasil, ainda incipiente em diversos desses aspectos na vida profissional docente. Deste modo quais as políticas de autoria sobre esses objetos educacionais, uma vez que tem como propósito manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso?

### **Considerações finais**

É diante dessas primeiras análises que podemos perceber o sujeito discursivo assumindo diferentes posições-sujeito, assim como procuramos entender o interesse do MEC em relação a esses objetos educacionais, através das diferentes formações discursivas que atravessam seu discurso. Parece-nos que o próprio MEC reconhece a necessidade de ampliar o contexto sala de aula, como se existisse uma falha no próprio sistema educacional brasileiro. Portanto, seria esse um dos motivos para criação deste repositório? Suprir a falta de recursos oferecidos ao professor, para que este tenha uma aula mais dinâmica, divertida, bem planejada e assim ampliar a disponibilidade de recursos que dêem suporte para ele? Estaria aí um dos aspectos para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na escola pública?

Muitas ainda são as questões, os sentidos em circulação em nosso projeto de pesquisa, na busca por uma compreensão dos sentidos de abertura no campo dos recursos educacionais. Pretendemos ainda ampliar nosso corpus de pesquisa para futuras análises, uma vez que o MEC em parceria com outros órgãos tem criado novas ferramentas e recursos para ampliar o contexto de sala de aula. Alguns deles citados no início deste trabalho: *TV Escola (1996)*; *o programa Salto para o futuro*, que faz parte da programação da *TV Escola (1991)*; a

biblioteca virtual *Domínio Público* (2004); *o Portal do Professor* (2008) e *o Guia de Tecnologia Educacional* (2009).

É dentro desse contexto, que fica clara a preocupação do MEC em suprir as necessidades do sistema educacional brasileiro, utilizando meios de comunicação e tecnologias para este fim. Sabemos ser este um desafio, pois entendemos que melhorias no sistema educacional brasileiro ocorrem em um processo lento, devido a resistências de diversas ordens, incluindo as condições de acesso a esses recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A.S.C. *Políticas de Autoria*. São Carlos, SP: EdUFSCar/FAPESP, 2013.

\_\_\_\_\_. Recursos educacionais e sentidos: nas possibilidades do descontrolado. In: Ana Cláudia F. Ferreira; Ronaldo Martins. (Orgs.). *Linguagem e Tecnologia*. Campinas, SP: RG Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Direito Autoral - uma análise de seu acontecimento. In: *Anais do IX Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso - ALED*, 2011, Belo Horizonte: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. *Políticas de Autoria: entre regulação e falha*. Revista *Rua*, v 1, 2009. Disponível em: [www.labeurb.unicamp.br/rua](http://www.labeurb.unicamp.br/rua). Acesso em: maio de 2014.

AFONSO, M. C. L. et al. Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): tratamento da informação em um repositório educacional digital. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, set. 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141399362011000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362011000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em abril 2014.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

CORNU, Bernard. *Digital natives: how do they learn? how to teach them?*. UNESCO Institute for Information Technologies in Education, 2011

DARNTON, R. *5 Myths about the "Information Age"*. Disponível em: <http://chronicle.com/article/5-Myths-About-the-Information/127105/>. Acesso em 01 de jun. de 2014.

FIALHO, N.; MATOS, E.. A arte de envolver o aluno na aprendizagem de ciências utilizando softwares educacionais. *Educar em Revista*, Curitiba, Pr: UFPR. 2010. Editora UFPR.

IANNI, O. *O Príncipe Eletrônico*. Primeira Versão, 78. IFCH/Unicamp, 1998.



ORLANDI, E. P. *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. RUA* [online]. 2010, no.16. Volume 2. Disponível em: [www.labeurb.unicamp.br/rua](http://www.labeurb.unicamp.br/rua) . Acesso em maio de 2014

\_\_\_\_\_. *Cidade dos Sentidos*. Campinas-SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª. edição. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

OSIN, Alexander. New-generation electronic educational resources. *UNESCO Institute for Information Technologies in Education*, 2011.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P.Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso - Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1994.

PRETTO, N.L.; SILVEIRA, A. (Orgs). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.